

A Política Criminal e a Construção de infâncias desiguais: o caso dos “meninos impossíveis” de Pasárgada

Alexandre Miguel França*

RESUMO: Trabalhando com o medo e com a construção de subjetividades oriunda da política criminal e seus efeitos nas crianças de 7 a 12 anos moradoras de uma favela carioca, o trabalho busca analisar importantes permanências históricas no controle social da cidade do Rio de Janeiro através da pesquisa sobre o significado de operações policiais no “sentir” destas crianças. Assim, através de entrevistas, análise de redações e desenhos, o objetivo foi identificar o que o controle social e a criminalização seletiva, mais do que barrar, constroem no terreno do desejo. Neste sentido, as conclusões apontam para o fato de que a política criminal mantém simbolicamente a produção de infâncias desiguais como estratégia de gestão da pobreza, ressignificando através das práticas policiais violentas a diferença antes prevista na legislação entre a criança e o menor.

Palavras-chave: Medo; Controle Social; infância.

ABSTRACT: Working with fear and with the construction of subjectivities come from criminal policy and its effects on children from 7 to 12 years living in a Rio slum, the paper examine important historical stays in the social control of the city of Rio de Janeiro through research on the meaning of police operations in the "feel" of these children. Thus, through interviews, analysis of essays and drawings, the objective was to identify what the social control and the criminalization selective rather than spreading, build the field of desire. In this sense, the findings point to the fact that the criminal policy remains symbolically the production of unequal childhoods as management strategy of poverty, redefines through violent police practices scheduled before the difference in legislation between rich and poor children.

Keywords: Fear; Social Control; childhood.

INTRODUÇÃO

Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração.

Como introdução ao presente trabalho, nada melhor do que recorrer a Machado de Assis, autor que, de certa forma, possibilitou a verdadeira compreensão do presente tema de estudo e que conseguiu, talvez em uma única frase como a da epígrafe, resumir muito do que se pretende trabalhar aqui. Trata-se da frase final do conto “*Pai contra mãe*”, escrito em 1906.

* Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – PPGSD/UFF, mestre e doutorando. O presente trabalho é uma versão parcial e resumida da dissertação de mestrado apresentada pelo autor junto ao PPGSD/UFF.

No referido conto, o autor narra a história de Cândido Neves, que em razão da pobreza e da dificuldade em trabalhar passou a exercer o ofício de pegar escravos fugidos. Casado com Clara, costureira, e morando também com a tia da moça, o personagem e sua família vivem um grande drama que acompanha o nascimento de seu primeiro filho. Prestes a chegar ao mundo o menino, o pai começa a enfrentar dificuldades em seu ofício devido à grande concorrência e os lucros começam a escassear. Mais tarde, despejados pelo dono da casa dois dias antes do nascimento da criança, em razão das dívidas, ganha força por parte da tia da moça, Mônica, a idéia na qual já vinha insistindo: entregar a criança na “Roda dos Enjeitados”. Entretanto, numa última esperança, Cândido revira os antigos anúncios de jornal que davam conta de escravos fugidos e da recompensa quando um lhe chama atenção pelo valor: era o anúncio da escrava Arminda, no rastro da qual já havia corrido sem sucesso.

Sem conseguir, no entanto, encontrá-la, numa noite decide o personagem entregar seu filho. Quando ia a passos lentos para a Roda, Cândido avista a “mulata fujona”, deixa seu filho em uma farmácia e corre à sua cata. É o fim do seu desespero, mas não do sofrimento. Grávida, Arminda suplica pela sua soltura, uma vez que seria certamente açoitada pelo seu senhor, o que seria terrível em seu estado. Jogando a culpa na mulata, pela “irresponsabilidade” de fazer filhos e depois fugir, Cândido sequer pensa em desistir e arrasta a fujona até a casa do senhor. Lá chegando, após o pagamento dos cem mil réis de gratificação a Cândido, cansada pela luta e numa mistura do que Machado de Assis define como medo e dor, a escrava, no chão, aborta a criança. Com a recompensa, voltam pra casa Cândido e seu filho. A criança filha da escrava morre antes mesmo do nascimento e dá continuidade a vida em família de Cândido Neves, que termina a história com a certeza da frase da epígrafe.

Apesar da clareza com a qual Machado de Assis nos mostra a violência nas relações sociais do Brasil escravocrata, é importante pensar quais as possíveis permanências históricas (NEDER, 2005, p. 10) destas violências no campo social hoje e, neste sentido, problematizar a última frase do conto e reescrevê-la agora, com uma interrogação no final. Neste sentido, existiriam hoje alguns “meninos impossíveis”? Algumas “crianças” que não podem “vingar”?

Para tanto, a referência à expressão “meninos impossíveis” (que dá título a este trabalho) é feita tomando emprestado o título do poema de Jorge de Lima, “*O mundo do menino impossível*”. Publicado originalmente em 1927, o poema conta a história do menino que sai do padrão, rejeita os brinquedos perfeitos (ou estes são a ele rejeitados) e “faz de conta”, brincando em seu mundo que “tirou do nada”, transformando sabugos de milho e

tacos de madeira em bois e “cangaceiros de chapéus de couro”. Tal poema foi escolhido como forma de problematizar o conto no sentido de, mais do que pensar sobre a existência de algumas crianças que não podem vingar, pensar sobre as possibilidades e potências da existência destes “meninos impossíveis”. Possibilidades de sair dos padrões, de sair da forma “estruturada” de ser e poder viver mais do que somente em sonho.

Neste ponto, caberia outra indagação, agora feita ao trabalho: mas o que “crianças que não vingam” e “meninos impossíveis” têm a ver com política criminal, tema abordado no presente estudo? Entendemos que tudo, uma vez que o que se busca é explorar as consequências da política criminal atual no Rio de Janeiro e os seus reflexos nas relações sociais, em especial os efeitos que produz nas crianças pobres, construídas como menores. Busca entender o que esta política constrói, sendo a hipótese central a de que constrói dois tipos diferentes e antagônicos de infância como forma de gestão da pobreza no capitalismo tardio, a criança e o menor.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Da mesma forma que a Inquisição Ibérica perseguia os hereges (BATISTA, 2000, p. 238) e buscava o controle através do que definia como “Chocar e Submeter” (GINZBURG, 2008), a política criminal atual na cidade do Rio de Janeiro, que matou quatro pessoas por dia no ano de 2008 (dados do ISP – Instituto de Segurança Pública, jornal O Globo, 17 de agosto de 2008), mais do que chocar para submeter, mata e diz claramente que faz isso em nome dos “cidadãos de bem”, que precisam se ver livres de todo o “mal” que os assola.

Assim, levando em consideração que as instituições de controle social não são entidades autônomas, mas respondem a uma determinada demanda por ordem presente na sociedade, a pesquisa buscou analisar de forma crítica o que essa construção do mal produz nas subjetividades (FOUCAULT, 2007, e GUATTARI e ROLNIK, 1993) das crianças moradoras de favelas e que tipo de infância é construída a partir de uma política criminal que Nilo Batista acertadamente classificou como política criminal com derramamento de sangue, que usa o extermínio como tática de aterrorização e controle social (BATISTA, 1998, p. 80).

Neste sentido, partindo de Gizlene Neder, quando a autora afirma que, mais do que ver, as classes subalternas no Rio de Janeiro são levadas a sentir o seu lugar na estrutura social (NEDER, 2005, p. 12) e utilizando o estudo de Vera Malaguti Batista sobre o que chama de *medo branco* (BATISTA, 2004) na cidade, e suas implicações para a legitimação do controle social cada vez mais intenso, o objetivo do trabalho consistiu em analisar a construção de

subjetividades através da política criminal e os efeitos desta construção nas crianças moradoras de uma favela carioca. O nome desta favela não será revelado como forma de manter em segredo o nome das crianças bem como da escola que possibilitou a realização da pesquisa, razão pela qual, em homenagem ao trabalho de Boaventura de Souza Santos, tal favela será chamada de Pasárgada. Do que estas crianças têm medo? Como se comportam diante do medo? Como vêm a polícia e as instituições de controle? Estas são algumas das perguntas que o presente estudo pretendeu explorar.

Desta maneira, a pesquisa realizada consistiu, em um primeiro momento, na obtenção de algumas redações escolares de crianças de dez anos de idade e observação de alguns desenhos de crianças mais novas, todas moradoras de Pasárgada. Tal coleta de dados foi possível através da boa vontade dos professores em auxiliar e permitir a pesquisa, bem como da direção da escola, sem a qual a pesquisa não se mostraria possível. O conteúdo das redações, sempre com a presença gritante de palavras como polícia, invasões, tiros, proibições, limites ao lado do desenho demonstraram a viabilidade da pesquisa por sinalizarem (GINZBURG, 1990) importantes presenças das questões criminais na realidade destas crianças. Partindo daí, conseguindo autorização formal da escola para continuar a pesquisa, decidiu-se pelo aprofundamento destas duas fontes de análise, realizando também algumas visitas a escola para observar o seu funcionamento, bem como para realizar reuniões em grupo com os alunos para entrevistá-los.

A opção pela realização de discussões em grupo foi tomada com base na leitura de GRAUE e WALSH (2003), que chamam atenção para algumas dificuldades na realização de entrevistas com crianças, uma vez que estas, diante de perguntas e questionamentos de adultos, muitas vezes ficam intimidadas por tentar fornecer não uma resposta de acordo com o que sentem, mas uma resposta que pensam que o adulto considere a resposta correta. Neste sentido, a opção por trabalhos em grupo foi retirada dos ensinamentos dos autores como forma de dar maior liberdade e confiança para as crianças no momento de uma resposta ou fala espontânea. Tal opção se mostrou bastante produtiva uma vez que a fala menos envergonhada de algumas crianças e a espontaneidade dos menos tímidos acabou por contagiar os demais nas entrevistas e fazer com que muitos deles falassem e relatassem suas experiências. No total, foram realizados três encontros formais com as crianças, todos com duração de aproximadamente duas horas e contando com a presença dos professores que atuaram no sentido de facilitadores do contato, realizando as devidas apresentações e abrindo espaço em sala para as conversas.

Já em relação à análise dos desenhos, partiu-se da lição de CERQUEIRA e NEDER (1997) de que não é possível identificar um sofrimento senão pela estética. Além disso, Koselleck (2006), ao buscar nos sonhos de presos em campos de concentração as formas de realização do terror, que os perseguia até mesmo em seus sonhos, possibilitou a escolha desta metodologia não só pela possível aproximação das favelas cariocas com campos de concentração, como pela possibilidade de investigação através de formas não convencionais pela necessidade moderna de misturar, de alguma forma, ficção e realidade. Ainda sobre os desenhos, outro aporte teórico importante foi dado por Maria Isabel Ferraz Pereira Leite (1998) quando esta afirma que os desenhos infantis, assim como qualquer criação, nunca partem do nada, tendo sempre uma referência anterior de conhecimento para que possam fluir. Assim, ainda segundo a autora, o desenho infantil teria, mais do que pelos seus resultados, mas por sua forma de constituição, um papel fundamental na interpretação da compreensão e da análise crítica da sociedade por parte da criança (PEREIRA LEITE, 1998, p. 140). Os desenhos são, portanto, importantes formas de manifestação das crianças e sua análise fundamental para tentar explorar como sentem a questão criminal.

Sendo assim, a pesquisa se deteve na análise de desenhos coletados pelas professoras quando tinham alguma pertinência com a questão criminal objeto do presente trabalho. Assim, alguns dos desenhos obtidos dentre as crianças de seis anos foram realizados espontaneamente e entregues em diferentes épocas da pesquisa, sendo, no entanto, a maioria realizada dentro de atividades propostas pelos professores em sala de aula, tais como desenho sobre violência (sem maiores explicações ou direcionamento) e desenhos sobre o tema: “O lugar onde eu moro”. Além disso, alguns dos alunos mais velhos que foram ouvidos nas dinâmicas de grupo resolveram desenhar algo sobre a questão e me entregaram no dia das entrevistas ou alguns dias depois por intermédio dos professores. No total, foram obtidos e analisados 31 desenhos de alunos de 6 anos e 5 desenhos de alunos de 10 anos.

Foram, ainda, analisadas redações dos alunos mais velhos, num total de 71 redações, realizadas sobre temas propostos pelos professores a partir de conversas realizadas sobre a pesquisa e indicações dadas que tentavam dar conta de perceber os sentimentos envolvidos na questão criminal. Assim, propusemos alguns temas aos professores que pediram as redações aos alunos de acordo com as suas possibilidades de trabalho. As redações estão divididas da seguinte forma: 27 sobre morar em Pasárgada, 21 sobre violência e 23 sobre o tema “polícia e bandido”. Por fim, algumas considerações trazidas pelos professores também foram objeto de análise, como informações que recebiam dos alunos no cotidiano de suas rotinas de trabalho, sendo trazidas por eles em conversas informais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dadas as limitações deste trabalho buscaremos agora apresentar um esboço de algumas das conclusões obtidas. Neste sentido, foi possível perceber como o processo de criminalização e estigmatização das classes mais pobres no capitalismo tardio opera em relação às crianças. Em especial às crianças pobres, vimos como a construção de diferenças simbólicas ao longo da história da cidade do Rio de Janeiro produz duas categorias diferentes de infâncias na estratégia de gestão do capitalismo na modernidade recente.

Assim, ao lado de uma noção de criança que sempre vem associada a ausência de maiores preocupações do estado, uma vez que estas são geridas pela família e tem na escola uma importante fonte de formação, os ditos menores são as crianças pobres (neste sentido, ver NASCIMENTO, 2002 e VIANNA, 1999), sempre associadas à pobreza e que, devem ser mantidas sob controle uma vez que as opiniões dominantes sobre eles sempre os afirmam como criminosos em potencial, foco de criminalidade ou mesmo, sujeira a ser removida.

Neste sentido a pesquisa histórica sobre as famílias e as infâncias no Brasil (NEDER e CERQUEIRA, 2007) mostra como esta diferença é produzida socialmente pelas antigas e novas tecnologias de controle social (VIANNA, 1999). Deste modo, a distinção que em um primeiro momento estava prevista na lei como forma de tutela destes menores (na verdade, controle) some da legislação, mas não some enquanto referência simbólica das práticas, especialmente no que tange às ações policiais de controle.

A gestão da miséria no capitalismo tardio, agora ao contrário de buscar um disciplinamento para o mundo do trabalho, agora mantém na realidade da cidade apenas sua fachada de controle e busca por submissão através da violência. As diferenças simbólicas são, portanto, cotidianamente reafirmadas não somente pela mídia e pelas autoridades públicas, mas principalmente pelos agentes policiais encarregados da repressão direta a estas populações, que, neste sentido, corroboram importantes permanências de um controle penal rígido e hierarquizante.

A referência aos desejos e à produção de subjetividades inseridas neste processo direcionou a pesquisa a buscar no sentir das crianças pobres, ditas menores, os impactos mais silenciosos destas práticas, que, como afirma Gizlene Neder, mais do que fazer com que as elas saibam a nível da razão o seu lugar na sociedade, faz com que possam também sentir este lugar através de mensagens cotidianas de violência e arbitrariedade que carregam efeitos simbólicos muito fortes. Assim, partindo de uma análise sobre o medo, nos termos propostos por Vera Malaguti Batista, mas também buscando um outro enfoque, agora não do “medo

branco” que dispara técnicas de controle (BATISTA, 2003), mas de outros medos que estão presentes nas crianças taxadas pelo estigma de menor, além de uma análise sobre a política criminal com derramamento de sangue que Nilo Batista denuncia (BATISTA, 1998), buscamos analisar as crianças e suas formas de significar toda esta relação.

Deste modo, debruçando-se sobre os desenhos, as entrevistas e a leitura de redações, foi possível perceber o quando estas crianças tem o seu sentir atravessado pela violência do controle. Nas entrevistas, relatos de arbitrariedades policiais, mortes violentas e espancamentos físicos e morais são constantes, nos mostrando como a política criminal atua como pedagogia da violência (NEDER, 1994), sendo estas crianças desde as idades mais baixas, como os meninos dos desenhos que analisamos, afetadas diretamente por essa violência. Assim, tivemos a possibilidade de perceber como o controle social e a truculência policial são importantes fontes produtoras de subjetividades nas crianças, fazendo com que aprendam na base de castigos físicos que em muito lembram a recente realidade escravocrata, o papel que ocupam na sociedade e por onde podem circular.

No entanto, como a pesquisa buscou trabalhar também para além da repressão e da castração dos desejos, foi possível também observar através das falas das crianças entrevistadas bem como de seus desenhos, como, às vezes mesmo sem muita consciência disto, elas resistem, desenvolvem estratégias de sobrevivência e buscam novas formas de subjetivação dentro das quais ainda possam ter algum tipo de liberdade. Neste ponto em particular, dois dos desenhos analisados nos mostram como esta pedagogia da violência não é sentida de forma automática e sem resistência. O primeiro deles, feito por um menino de seis anos numa atividade livre, embora retrate a figura da polícia como um grande monstro que atira em alguém que aparenta estar indefeso, ainda assim retrata também resistência, simbolizada no personagem que, mesmo acuado ainda grita “não!”. O outro desenho foi produzido em contexto diferente por uma menina da mesma idade. O diálogo travado entre a menina e a professora, aliado ao desenho, nos dizem muita coisa sobre a forte presença da violência no cotidiano destas crianças. Assim, numa atividade proposta pela professora no sentido de que os alunos desenhassem sobre violência, afirmou a menina: “Tia, você não pode fazer isso com a gente! A gente não pode fazer isso! Eu gosto de fazer coisas felizes!”

Dentro de uma cena em que podemos chamar de um “assalto feliz”, em que os personagens sorriem ao serem assaltados dentro do contexto de uma bela paisagem, o desenho nos mostra como os sonhos, apesar de todas as tecnologias e “investimentos” na repressão, ainda, literalmente, sobrevivem.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Nilo. **Política Criminal com derramamento de sangue**. In: Revista Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade, n. 5/6. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora/ Instituto Carioca de Criminologia, 1998. p. 77-94.

_____. **Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro**. Coleção Pensamento Criminológico, nº 5. Ed. Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro, 2000.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan. 2003.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio e NEDER, Gizlene. **Emoção e Política: (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1997.

_____. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1997.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

GINZBURG, Carl. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Fear, Reverence Terror: reading Hobbes today**. In: European University Institute, Max Weber Lecture Series - MWP - 2008/ 05, Badia Fiesolana, Italy.

GRAUE, M. Elizabeth e WALSH, Daniel J. **Investigação Etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética**. Tradução de Ana Maria Chaves. Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas – Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. Terror e sonho: anotações metodológicas para as experiências do tempo no Terceiro Reich. In: **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Editora. PUC-Rio, 2006.

NASCIMENTO, Maria Livia do. (Org.) **PIVETES: a produção de infâncias desiguais**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

NEDER, Gizlene e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Criminologia e Poder Político: Sobre Direitos, História e Ideologia**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2006.

NEDER, Gizlene. **Cidade, Indentidade e Exclusão Social**. Revista Tempo, Volume 2, n. 3, junho de 1997. Departamento de História da UFF.

_____. **Criminalização da Miséria e Imagens do Terror: uma abordagem transdisciplinar**. In: Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito nº 3. Niterói, setembro de 2005.

_____. Pedagogia da Violência. In: **Violência e Cidadania, Porto Alegre: S. A. Fabris Editor, 1994**, pp. 55-68.

_____. e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Família, Poder e Controle Social: concepções sobre a família no Brasil na passagem à modernidade. In: **Idéias Jurídicas e Autoridade na Família**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VIANNA, Adriana de Resende B. **O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.